



rede social santa maria da feira

## ACTA n.º 25/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e catorze, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira, no auditório do ISVOUGA, situado na União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, concelho de Santa Maria da Feira. -----

O Presidente do Conselho Local de Ação Social, Emídio Sousa, deu início à sessão de trabalhos, dando as boas-vindas a todos os participantes.-----

### **Ponto 1: Informações**-----

O Presidente do CLAS informou os presentes sobre a importância do Decreto-Lei 172-A/2014 de 14 de Novembro, que introduz uma mudança nos estatutos das IPSS's, referindo a importância da leitura do mesmo. Informou ainda da realização de um Intercâmbio de Jovens, assim como convidou os presentes a participarem no I Encontro Inter-Fóruns de Freguesia, que se realizará no próximo dia 11 de dezembro, pelas 21h00, na Casa da Cultura de Lourosa. Por fim, referiu que nesse dia se assinalava o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, salientando a importância do trabalho que se tem vindo a desenvolver no Concelho, contando com o esforço e o empenho dos vários agentes que assumem um papel de grande importância (tribunal, saúde, polícia de segurança pública, gabinete da igualdade de género).-----

### **Ponto 2: Leitura e aprovação da ata da reunião plenária do CLAS do dia 23 de Setembro de 2014**-----

A Dr.ª Manuela Coelho questionou a todos os presentes se tinham rececionado a convocatória para esta reunião e a ata da reunião anterior, e se haveria alguma sugestão de modificação à mesma. Como não se registou nenhuma intenção de modificação a este documento do CLAS, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

### **Ponto 3: Debate alargado sobre a problemática das crianças e jovens em risco no Concelho de Santa Maria da Feira – reflectir e delinear estratégias de intervenção** (antigo ponto 4 da ordem de trabalhos)-----

O debate alargado sobre a problemática das crianças e jovens em risco no Concelho iniciou-se com uma questão colocada pelo moderador, Dr. Hugo Cruz, dando o mote para as intervenções dos restantes elementos que compunham a mesa: Professor Rui



santa maria da feira câmara municipal



rede social santa maria da feira

Carrapato, Juíza Madalena Caldeira, Dr.ª Ana Cristina Castanhola, Sr. Horácio Sá, Dr. Rui Monteiro e Dr.ª Márcia Azevedo.-----

Partindo da questão “Como se pode proteger uma criança em Santa Maria da Feira, em 2014?”, a Dr.ª Ana Cristina Castanhola, presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, afirmou que, enquanto cidadãos, todos nós devemos contribuir para a protecção das crianças. A CPCJ é chamada a intervir quando a família e as entidades de primeira linha, como a comunidade, as associações, as IPSS's, falham, desempenhando uma intervenção de extrema importância.-----

O Sr. Horácio Sá, ex-presidente da CPCJ de Santa Maria da Feira, referiu que o município tem que ter uma política estruturada para as crianças e jovens, assim como um projeto para todos aqueles que não estão em situações de risco, de modo a que se possa trabalhar na prevenção. Afirmou ainda que deve existir um esforço para que a “Rede Social” seja autónoma e defina nos seus planos de acção este trabalho de protecção.-----

A Dr.ª Márcia Azevedo, psicóloga do Agrupamento de Escolas de Argoncilhe, alertou para a necessidade de se perceber, no âmbito escolar, se as crianças e os jovens nestas situações estão devidamente identificados por parte do professor designado como director de turma e, posteriormente, pelo director da escola que frequentam. Apesar do trabalho que as escolas têm vindo a desenvolver, através dos gabinetes de Psicologia, a Dr.ª Márcia Azevedo referiu que as famílias têm também que estar dotadas de algumas competências para trabalhar a sua própria família para que depois não exista a necessidade de se intervir.-----

O Professor Rui Carrapato, director do serviço de pediatria/neonatologia do Centro Hospital Entre Douro e Vouga, EPE, afirmou que são necessários três passos importantes em todo o processo desta problemática: identificar, prevenir e tratar as crianças e jovens em risco. Ao nível do hospital, referiu as limitações existentes, defendendo que os esforços se devem concentrar na prevenção e no trabalho a desenvolver a médio e longo prazo com as famílias.---

A Juíza Madalena Caldeira, do Núcleo de Famílias e Menores do Tribunal de Santa Maria da Feira, reforçou a importância de um trabalho de articulação e de desburocratização, pois “o tempo das crianças não é o nosso tempo” e uma intervenção



santa maria da feira câmara municipal



rede social santa maria da feira

'amiga', dado que acredita que as famílias precisam de apoio e não de censura e, por isso, defende que, numa primeira fase, devem ser disponibilizados todos os meios de apoio às famílias. Só após esgotados esses apoios é que se revela fundamental a intervenção para que as famílias colaborem de um modo diferente.-----

Colocada a questão "O que podemos fazer mais para fazermos melhor?" pelo moderador, a Dr.ª Márcia referiu a aposta na articulação. O Professor Rui Carrapato afirmou que se deve conhecer bem o tecido sociofamiliar em que estão inseridas as crianças e os jovens, dando como exemplo o trabalho desenvolvido no hospital, em que, quando se regista a entrada de uma criança no serviço hospitalar, nas primeiras 24 horas, é realizado um relatório social sobre a mesma e o acompanhamento da criança é contínuo. O Sr. Horácio Sá salientou que, neste trabalho é necessário que todas as instituições pensem e vejam socialmente, pensando-se, acima de tudo, na prevenção. Sugeriu ainda a elaboração de um Plano Municipal de Protecção de Crianças e Jovens em risco. O Dr. Rui Monteiro, Diretor da Unidade de Desenvolvimento Social e Programas da Segurança Social de Aveiro, defendeu que a segurança social tem trabalhado na regulação das responsabilidades parentais, afirmando que a colocação institucional das crianças não é uma dificuldade, situação que a juíza Madalena Caldeira discordou, referindo que, além da inexistência de vagas, o apelar à sensibilização não chega, é necessário um trabalho mais complexo.-----

Terminado o tempo de exposição das diferentes perspectivas, o moderador Hugo Cruz agradeceu a intervenção de todos os elementos que compuseram a mesa, afirmando que não devemos seguir unicamente o caminho da institucionalização; antes devemos analisar qual a melhor situação para a criança, retendo três palavras presentes ao longo de todo o debate: articulação, família e prevenção. De seguida abriu lugar à participação de todos os presentes na reunião.-----

O Presidente do CLAS referiu que, em todo este trabalho dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesia podem desempenhar um papel importante, referindo que, até ao momento, estão já constituídos nove. A Dr.ª Mónica Leite, da Associação "Ser + Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados do Concelho de Santa Maria da Feira", afirmou que, mais do que conhecer o que existe, deve-se



santa maria da feira câmara municipal



rede social santa maria da feira

conhecer o que não existe. A Dr.ª Micaela, representante da Segurança Social e da CPCJ, reforçou a necessidade de desburocratizar todo o processo.-----

**Ponto 4: Diagnóstico concelhio sobre a Problemática dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (CAD) – Centro de Respostas Integradas do Porto Central da ARS Norte, IP (antigo ponto 3 da ordem de trabalhos) -----**

A Dr.ª Joana Coutinho iniciou a sua apresentação referindo que o diagnóstico apresentado aos parceiros obedeceu a uma metodologia diferente do anterior, reflectindo a realidade existente em 11 concelhos da Zona Norte, Santa Maria da Feira incluído. Referiu ainda que, através deste diagnóstico, pretende-se identificar grupos prioritários, identificar problemas e caracterizar esses mesmos grupos, definindo-se prioridades. A Dr.ª Márcia, abordando um pouco o trabalho desenvolvido em 2013, salientou as boas práticas desenvolvidas na prevenção de comportamentos aditivos, verificando-se uma redução drástica do consumo de substâncias por parte dos jovens.---

**Ponto 5 – Outros assuntos de interesse-----**

A Dr.ª Manuela Coelho destacou, neste ponto, a importância de serem realizados CLAS temáticos, no âmbito da priorização de estratégias de intervenção social, para minimização dos impactos negativos dos fenómenos mais problemáticos que o Concelho de Santa Maria da Feira apresenta no seio do seu território. Ficou acordado entre todos os presentes que é de máxima relevância ser realizado, pelo menos, um CLAS temático anualmente.-----

O Presidente do CLAS agradeceu a presença de todos e deu por encerrado o Plenário do Conselho Local de Ação Social.-----



santa maria da feira câmara municipal